

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	38.221	47.862
Impostos e contribuições sociais	5	16	19
Outros créditos	8	494	504
Total do Ativo Circulante		38.731	48.366
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais	5	92.965	69.382
Tributos diferidos	6	164.118	9.959
Outros créditos	8	2.364	2.757
		259.447	76.098
Imobilizado	9	2.318.753	1.401.201
Intangível	10	64.555	59.452
		2.383.308	1.460.753
Total do Ativo não circulante		2.642.755	1.535.851
TOTAL DO ATIVO		2.681.486	1.585.217

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	11	14.492	13.234
Impostos e contribuições sociais	5	7.066	12.383
Debitantes	12	644.723	644.723
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13	3.928	471.946
Outros créditos	15	371.192	49.980
Outras contas a pagar	8	5.909	3.846
Total do Passivo Circulante		68.594	1.196.112
Não circulante			
Debitantes	12	292.223	292.223
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13	1.014.508	1.014.508
Outros créditos	14	40.264	35.172
Provisões	15	10.505	44.619
Outras contas a pagar	8	1	1
		1.357.501	79.791
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	16.1	1.573.974	317.000
Prejuízos acumulados		(318.583)	(7.686)
Total do Patrimônio Líquido		1.255.391	309.314
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.681.486	1.585.217

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2016	2015
Despesas e receitas operacionais	17		
Despesas gerais e administrativas		(10.457)	(7.541)
Outras despesas e receitas operacionais		(460.236)	(460.236)
		(470.693)	(7.541)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		(470.693)	(7.541)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	972	51
Despesas financeiras		(1.335)	(7)
		(363)	44
Resultado antes dos tributos		(471.056)	(7.497)
Tributos sobre o resultado			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	160.159	2.549
		160.159	2.549
Prejuízo do exercício		(310.897)	(4.948)
Resultado por ação atribuído aos acionistas			
Resultado básico/diluído por ação (realização)	20		
ON		(0,29911)	(0,06303)

A Companhia não divulga a demonstração de resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos referentes a essa demonstração registrados nas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2016	2015
Gerção do valor adicionado	1.382.791	1.047.109
Receita relativa à construção de ativos próprios	1.382.791	1.047.109
(-) Insumos adjuvados de terceiros	(1.686.028)	(945.853)
Materiais	(868.475)	(384.103)
Serviços de terceiros	(315.723)	(435.829)
Outros custos operacionais	(501.827)	(128.921)
Valor adicionado bruto	(303.234)	98.256
Valor adicionado líquido produzido	(303.234)	98.256
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	7.552	14.757
Valor adicionado total a distribuir	(295.682)	113.013
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	12.940	6.506
Remuneração direta	310	420
Benefícios	630	276
FGTS	(159.785)	(1.270)
Impostos, taxas e contribuições	51	34
Federais	30	18
Estaduais	16	16
Municipais	3	3
Remuneração de capitais de terceiros	160.704	111.735
Juros	336	242
Aluguéis	15.215	11.961
Prejuízo do exercício	(310.897)	(4.948)
	(295.682)	113.013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Contexto operacional**

A Empresa de Energia São Manoel S.A. (Companhia ou São Manoel) foi constituída em 16 de julho de 2013 sob forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem como objeto social planejar, construir, operar, manter e explorar as instalações da Usina Hidrelétrica São Manoel (UHE São Manoel), no rio Teles Pires, localizada entre os estados do Mato Grosso e do Pará e executar outras atividades correlatas ao seu objeto social.

1.1 Concessão

Em 10 de abril de 2014, a Companhia assinou junto ao Ministério de Minas e Energia - MME o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Gerar de Energia Elétrica nº 02/14 que regula o direito de concessão da UHE São Manoel. O contrato de concessão possui as seguintes características:

Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade instalada (MWm)	Energia assegurada (MWh)	Início	Término
São Manoel	PA	Produtor Independente	Concessão	700,0	421,7	10/04/2014	10/04/2049

O Contrato de Concessão regulou a exploração do potencial de energia hidrelétrica do rio Teles Pires sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. Da energia assegurada de 421,7 MWm, 408 e MWm foram comercializadas por meio de Contratos de Comercialização de Energia - Ambios - Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo prazo de 30 anos a partir de maio de 2018. O preço estabelecido no Contrato de Concessão é de R\$53,49 por MWh, reajustado anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. O prazo do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir da data da assinatura, sem previsão de prorrogação na legislação atual.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

1.1.1 Uso do bem público

Como pagamento pelo Uso do bem público, o outorgado do Contrato de Concessão, a Companhia recolherá à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora ou a partir do início da entrega da energia objeto do CCEAR, o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da concessão, em parcelas mensais correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$2.788 corrigidos anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, utilizando-se o IPCA. Em 31 de dezembro de 2016, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$40.264 (R\$55.172 em 31 de dezembro de 2015) (Nota 14).

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará, anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita Operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

1.1.3 Cronograma de operação comercial

De acordo com projeto básico aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho nº 1.244/16, o cronograma para a entrada em operação comercial da UHE São Manoel é o seguinte:

Unidade geradora (UG)	Data
UG 1	01/01/2018
UG 2	01/03/2018
UG 3	01/05/2018
UG 4	01/07/2018
- Base de preparação**
 - 2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Normas Contábeis - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards - IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, estão sendo apresentadas e que correspondem às utilizadas por ela em seu relatório.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2017.
 - 2.2 Práticas contábeis**

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.
 - 2.3 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.
 - 2.4 Uso de estimativa e julgamento**

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia revise o balanço em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetivação real em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 2.5); Uso do bem público (Nota 14); e Provisões necessárias para custos relacionados às licenças ambientais (Nota 15.1).
 - 2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
 - 2.6 Redução ao valor recuperável**

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos possam sofrer alguma perda ou redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e o final de cada exercício. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido, após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

Se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia procebe o teste de recuperabilidade dos ativos.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(471.056)	(7.497)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Impostos e contribuições sociais - não realizadas	(545)	(545)
Provisão para perda no valor recuperável dos ativos	460.236	460.236
	(11.365)	(7.497)
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(23.405)	(51.191)
Outros ativos operacionais	403	(997)
	(23.002)	(52.188)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	1.258	12.284
Impostos e contribuições sociais	4	(4.866)
Provisões	(63.182)	(37.264)
Outros passivos operacionais	2.064	2.105
	(64.805)	(18.050)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(99.973)	(77.735)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adição em imobilizado e intangível	(1.202.043)	(907.622)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.202.043)	(907.622)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital social líquido do custo de emissão	1.256.974	317.000
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.789.853	448.650
Amortização de debêntures	(1.532.050)	170.000
Pagamentos de encargos de dívidas	(223.182)	700.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	1.291.595	765.650
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(9.541)	(219.707)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	38.221	47.862
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	(9.541)	(219.707)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	(2.738)	(2.738)
Aumento de capital - RCA 15/02/2015	75.000	-	75.000
Aumento de capital - AGE 15/09/2015	50.000	-	50.000
Aumento de capital - AGE 16/11/2015	96.000	-	96.000
Aumento de capital - AGE 14/12/2015	96.000	-	96.000
Prejuízo do exercício		(4.948)	(4.948)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	317.000	(7.686)	309.314
Saldos em 31 de dezembro de 2015	317.000	(7.686)	309.314
Aumento de capital - RCA 15/02/2016	223.000	-	223.000
Aumento de capital - AGE 12/02/2016	55.000	-	55.000
Aumento de capital - AGE 03/03/2016	135.000	-	135.000
Aumento de capital - AGE 15/03/2016	117.000	-	117.000
Aumento de capital - AGE 20/05/2016	67.000	-	67.000
Aumento de capital - AGE 24/06/2016	89.974	-	89.974
Aumento de capital - AGE 29/07/2016	170.000	-	170.000
Aumento de capital - AGE 04/08/2016	196.000	-	196.000
Aumento de capital - AGE 06/09/2016	74.000	-	74.000
Aumento de capital - AGE 31/10/2016	45.000	-	45.000
Aumento de capital - AGE 22/12/2016	80.000	-	80.000
Prejuízo do exercício		(310.897)	(310.897)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.573.974	(318.583)	1.255.391

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Os valores recuperáveis com vista ao índice, independentemente de ter indicações de perdas não recuperáveis, têm a recuperação do seu valor testada anualmente.

2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão às normas de contabilidade e IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisadas nas normas já existentes.

Em relação às normas ainda não adotadas pela Companhia descritas abaixo, a Administração acredita que as mesmas não gerarão efeitos relevantes no balanço patrimonial e no resultado líquido consolidado das demonstrações financeiras.

2.7.1 Normas e interpretações novas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)

Em janeiro de 2016 foi emitida a IFRS 16 que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. A IFRS 16 requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendatários ficam alinhados com os critérios de reconhecimento e mensuração dos ativos financeiros e de instrumentos de construção a IAS 17 (CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil) e correspondentes interpretações.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 47 em correlação à norma IFRS 15. Esta norma introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas de contratos com o cliente e interpretação de clientes. A mesma enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida. O CPC 47, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018 e 2019, com exceção de transações com o cliente, as quais deverão ser aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2019.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 48 em correlação à norma IFRS 9. Esta norma substituiu o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39) e traz como principais modificações: (i) requerimentos de impairment para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de hedge (hedge accounting) menos rigorosos. O CPC 48, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 10/16 (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2017)

A revisão estabelece alterações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 32 Tributos sobre o Lucro, em decorrência de esclarecimentos feitos pela IASB sobre suas respectivas interpretações, bem como o reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas.

2.7.3 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2016

A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2016, passou a adotar novas normas e interpretações conforme Re

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Bancos conta movimento	21.963	4.246
Aplicações financeiras	16.358	43.616
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	38.221	47.862
Operações compromissadas lastreadas em Debênturas	16.556	43.616
Total	166.358	43.616

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros acumulados até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxa de 90,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 21.

5 Impostos e contribuições sociais

	Nota	Saldo em 31/12/2015	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/12/2016
Ativos - Compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social		26	-	545		4.166		4.737
ICMS		61.728	21.948					83.235
PIS e COFINS	5.1	7.380	1.297		144	(4.166)	(351)	4.655
IRRF sobre aplicações financeiras		248						248
Outros		69.382	23.261	545	144	-	(351)	92.981
Total		69.382						92.985
Passivo - a receber								
ICMS		1.278	22.698	(20.685)				3.291
PIS e COFINS		9.022	14.948	(20.863)			(351)	3.107
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		1.943	3.049	(4.324)				668
Encargos com pessoal		140		(140)				-
Outros		12.383	31.046	(46.012)			(351)	7.066
Total		12.383						7.066

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

5.1 PIS e COFINS

Os montantes de PIS e COFINS registrados no ativo referem-se a créditos na aquisição de ativo imobilizado para a construção da UHE São Manoel e serem compensados quando da entrada em operação com respectivos débitos desses impostos.

6 Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos ditos tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e considera a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

6.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Ativo		Resultado	
	31/12/2016	31/12/2015	2016	2015
Diferenças Temporárias				
Gastos Pré-operacionais	7.636	3.959	3.679	2.549
Redução no valor recuperável dos ativos	156.490		156.460	
Total	164.118	3.959	160.159	2.549

A variação do imposto de renda e contribuição social diferidos é decorrente do registro do ativo diferido constituído sobre a redução no valor recuperável dos ativos (Nota 3.2), à alíquota de 34%.

6.2 Resultados tributáveis futuros

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributáveis, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

	2018	2019	2020	2021	2022 a 2024	A partir de 2025	Total Não Circulante
	891	1.528	1.528	1.528	2.164	156.479	164.118

7 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, são apresentados como segue:

	Relacionamento	Duração	Ativo		Passivo		Resultado	
			Não circulante	Circulante	Não circulante	Operacional	Financeiro	2016
Outros créditos								
Devolução - Prêmio de seguro								
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto	31/12/2016	2	-	-	2	-	-
Debêntures (a)								
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto	15/08/2016 a 15/12/2018	-	-	98.122	-	(4.786)	-
CTG Brasil	Controladora em conjunto	15/08/2016 a 15/12/2018	-	-	98.119	-	(4.786)	-
			-	-	196.241	-	(9.572)	-
Outras contas a pagar								
Contrato de prestação de serviços (b)								
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto	01/01/2015 a 31/12/2018	-	3.370	1.965	(1.405)	(1.206)	-
Furnas Centrais Elétricas	Controladora em conjunto	01/09/2015 a 01/12/2018	-	-	-	(3.974)	-	-
Furnas Centrais Elétricas	Controladora em conjunto	24/09/2015 a 24/05/2019	-	-	-	(1.900)	-	-
			-	3.370	1.965	(7.279)	(1.206)	-
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (c)								
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto	01/05/2014 a 31/05/2018	-	-	1	(14)	-	-
			-	-	-	(14)	-	-
Total			2	3.370	1.965	196.242	(7.291)	(9.572)

(a) Debênturas: Conforme descrito na nota 12, em 15 de agosto de 2016 a Companhia realizou sua 3ª emissão de debênturas no valor de R\$280.000, com remuneração de CDI + 4,35%a.a. e vencimento até 15 de dezembro de 2018. A amortização de principal e pagamento de juros serão em parcela única no vencimento. As controladoras em conjunto EDP - Energias do Brasil e CTG Brasil adquiriram parte do montante total emitido correspondente ao percentual de suas participações societárias, ou seja, 33,334% e 33,333% respectivamente.

(b) **Contratos de prestação de serviços**

EDP - Energias do Brasil

O contrato tem por objeto a prestação de serviços corporativos pela holding EDP - Energias do Brasil a Companhia. Trata-se de atividades acessórias ao negócio como, por exemplo, auditoria, regulação, jurídico, financeiro, infraestrutura, suprimentos, recursos humanos, planejamento energético, planejamento e controle, etc.

O contrato tem previsão de vigência de 48 meses contados a partir de 1º de maio de 2014 e não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não são delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 334/06, que regulamenta os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas.

Em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699, em vigor a partir da referida data, que apresentou novos critérios para os atos jurídicos entre partes relacionadas. Considerando a publicação da referida Resolução, que revogou a Resolução Normativa ANEEL nº 334/06, o contrato firmado entre a EDP - Energias do Brasil e a Companhia poderá sofrer alterações quando da sua renovação.

12 Debênturas

12.1 Composição do saldo de Debênturas

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade	Valor emitido	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias		Não Total	
										Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários CVM nº 476/09	Instrução	53.200	10.532.000	10.532.000	15/07/2014 a 15/01/2016	15/07/2014 a 15/01/2016	Investimento na UHE São Manoel do CDI	111,5%	Principal e juros em parcela única	(i) Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	(ii) Fiança Bancária de Furnas	-	-
(c) Custos de emissão									Amortização mensal	(i) e (ii) Fiança Bancária da CTG Brasil proporcionais às suas participações.		-	(216)
SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. (a)	Instrução CVM nº 476/09	53.200	10.532.000	10.532.000	11/01/2016 a 11/01/2016	11/01/2016 a 30/12/2016	Investimento na UHE São Manoel do CDI	120,5%	Principal em parcela única	(i) Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil, (ii) Cessão Fiduciária de Quotas de Fundo de Investimento de Furnas;	(ii) Cessão Fiduciária de conta e aplicação financeira da CTG Brasil proporcionais às suas participações.	-	-
(c) Custos de emissão									Amortização mensal	(i) Fianças Corporativas da EDP - Energias do Brasil e da CTG Brasil,		-	-
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários CVM nº 476/09	Instrução	2.800.000	0.1280.000	0.1280.000	15/08/2016 a 15/08/2016	15/12/2018 a 15/08/2016	Investimento na UHE São Manoel do CDI + parcela única no vencimento	4,35%	Principal e juros em amortização	referentes às suas participações; (ii) Fiança Corporativa da Eletrobras, referente a participação de Furnas.		14.359	280.000
(c) Custos de emissão									Amortização mensal			(2.136)	(2.136)
Total												14.359	277.864

(a) Em 16 de setembro de 2016 a 2ª emissão de debênturas da Companhia foi liquidada antecipadamente, conforme previsto na escritura de emissão, com créditos provenientes da liberação do empréstimo de longo prazo junto ao BNDES.

As debênturas estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensuradas ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

12.2 Movimentação das debênturas no exercício

	Valor líquido em 31/12/2015		Adições	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2016
	Principal	Juros						
Circulante								
Principal	532.000	532.000	(1.064.000)				14.359	14.359
Juros	112.939		(175.396)	62.447				
Custo de transação	(216)	(8.778)			(355)	9.349		
	644.723	523.222	(1.239.396)	62.447	(355)	9.349		
Não circulante								
Principal		280.000						280.000
Juros		(2.491)						(2.136)
Custo de transação								
		277.509						282.223

12.3 Vencimento das parcelas

	Vencimento
Não Circulante	
2018	292.223
Total	292.223

A emissão de Debênturas feita pela Companhia não é conversível em ação e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, refere-se a oferta pública distribuída com estímulos restritos.

As principais cláusulas para a 3ª emissão, prevendo resolução de contrato, estão descritas abaixo:

(i) dissolução, liquidação ou extinção da Emissora após o caso de cada uma das Fiadoras;

Furnas Centrais Elétricas

O contrato com vigência até 2018 tem por objetivo a prestação de serviços de engenharia, de acompanhamento e análise do projeto básico e executivo, o acompanhamento das inspeções de fábrica e o acompanhamento do processo de comissionamento. O valor total dos serviços é de R\$2.723 a serem faturados durante o período do contrato, conforme as medições executadas, atualizado anualmente pelo IPCA.

O contrato com vigência até 2019 tem por objeto a prestação de coordenação técnica e supervisão de engenharia. O valor total dos serviços é de R\$6.352 a serem faturados durante o período do contrato, conforme as medições executadas, atualizado anualmente pelo IPCA.

Os valores faturados de ambos os contratos, por estarem relacionados à construção da UHE São Manoel, estão sendo registrados em contrapartida do Imobilizado em curso.

(c) **Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel e custos condominiais da sede da controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial. O contrato com vigência até 31 de maio de 2014 pelo período de 48 meses contados a partir de 1º de maio de 2014.

Considerando a publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, conforme mencionado no item (a) acima, este contrato poderá sofrer alterações quando da sua renovação.

As operações realizadas como compartilhamento de infraestrutura ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

7.1 Garantias

As fianças recebidas de acionistas estão descritas nas notas 12.1, 13.1 e 23.2.

7.2 Controle conjunto

A Companhia possui controle compartilhado entre a EDP - Energias do Brasil S.A. e sua controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A., a China Three Gorges Brasil Energia Ltda., sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation e Furnas Centrais Elétricas S.A., sendo esta controlada pela Furnas Centrais Elétricas S.A. (Eletrobras) (Nota 16.1).

7.3 Compromissos contábeis

A Companhia possui contrato de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR junto a Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - EDP Escalas (controlada da EDP - Energias do Brasil) no montante de 2.043 MWh com início de suprimento em 1º de maio de 2018 e término em 31 de dezembro de 2047, com preço de venda de R\$55,48/MWh.

7.4 Remuneração dos administradores

7.4.1 Remuneração Total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro (em R\$)

	2016			2015		
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Fiscal	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Fiscal
Remuneração (a)	2.280.336	142.560	88.560	2.511.456	1.595.409	142.560
Benefícios de curto prazo (b)	42.093			42.093	55.870	
Total	2.322.429	142.560	88.560	2.553.549	1.651.279	142.560

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vale alimentação e refeição e seguro de vida.

8 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016
Outros créditos - Ativo				
Dívidas - Prêmio de seguro		8,1	487	418
Despesas pagas antecipadamente				396
Depósitos judiciais		15,2		1.966
Outros			86	
Total		494	504	2.364
Outras contas a pagar - Passivo				
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas		7	3.370	1.965
Obrigações sociais e trabalhistas			2.283	1.714
Outros			256	167
Total		5.909	3.846	1

8.1 Despesas pagas antecipadamente

O montante Circulante e Não circulante em 31 de dezembro de 2016, R\$893 (R\$1.209 em 31 de dezembro de 2015), R\$792 (R\$1.187 em 31 de dezembro de 2015), refere-se ao seguro garantia que tem por objetivo garantir a execução da obra de construção da UHE São Manoel, sendo uma exigência quando da participação da Companhia no Leilão nº 10/2013 (Leilão A-5). O prêmio pago em março de 2014 pela apólice foi de R\$2.723 e a vigência da mesma é de 26 de fevereiro de 2014 até 31 de dezembro de 2018.

9 Imobilizado

Para contabilizar o custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis para o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento deduzidos de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. Em função do disposto nas instruções contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e no pronunciamento técnico CPC 20 (R1) - Custos de Empreendimentos, os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras quando aplicável, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras. No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à UHE São Manoel e ao Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original e ainda não amortizados ou depreciados, desde que tenham sido aprovados pelo Poder Concedente, serão reconhecidos como ativos intangíveis e não circulantes do ativo não depreciado. O valor será apurado mediante auditoria própria do Poder Concedente. Conforme descrito na nota 3.2, a Companhia procedeu ao teste de recuperabilidade dos ativos relativos à UHE São Manoel registrando no resultado do exercício uma perda estimada no montante de R\$248.150.

9.1 Movimentação do imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2015		Ingressos	Capitalizados (a)	Juros no valor recuperável	Redução	Valor líquido em 31/12/2016
	Nota	31/12/2015					
Imobilizado em curso							
Terras		1.852	18.080				19.932
Reservatórios, barragens e adutoras							

